Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

A APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS) NAS EMPRESAS BRASILEIRAS: COM FOCO NA TRANSPARÊNCIA E COMPETITIVIDADE

THE APPLICATION OF INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS (IFRS) IN BRAZILIAN COMPANIES: FOCUSING ON TRANSPARENCY AND COMPETITIVENESS

Lara Rafaela Café Barroso Alves

Discente, Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Brasil

E-mail: laracafe@unitins.br

Marisa de Sousa Brito

Docente, Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Brasil

E-mail: marisa.sb@unitins.br

Recebido: 15/09/2025 – Aceito: 29/09/2025

Resumo

Este estudo investiga a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) nas empresas brasileiras, destacando seus impactos na qualidade da informação contábil, na governança corporativa e na competitividade das organizações no mercado internacional. As IFRS surgiram como resposta à crescente necessidade de padronização das práticas contábeis globais, diante da expansão da globalização e do aumento das transações financeiras internacionais, sendo elaboradas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Sua implementação visa garantir maior transparência, comparabilidade e confiabilidade das demonstrações financeiras, aspectos fundamentais para a construção de um ambiente de negócios mais sólido, ético e atrativo para investidores. No Brasil, a convergência às IFRS foi impulsionada pela criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), responsável por adaptar e emitir normas técnicas em consonância com os padrões internacionais. A transição representou uma mudança estrutural nas práticas contábeis nacionais, tradicionalmente voltadas à legislação fiscal, exigindo reformulações técnicas, investimento em capacitação profissional e a reestruturação de processos internos. O trabalho traça um panorama comparativo entre as antigas normas brasileiras e as IFRS, com destaque para diferenças no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

instrumentos financeiros. Analisam-se ainda os benefícios e desafios enfrentados pelas empresas, especialmente as pequenas e médias, que enfrentam barreiras técnicas e financeiras para a adoção completa das normas. Conclui-se que, embora a implementação das IFRS no Brasil envolva custos e obstáculos operacionais, os ganhos em termos de transparência, qualidade da informação contábil, fortalecimento da governança corporativa e acesso a mercados internacionais compensam tais desafios. A padronização contábil internacional consolida-se, portanto, como uma estratégia essencial para a inserção competitiva das empresas brasileiras no cenário globalizado.

Palavras-chave: Normas Internacionais de Contabilidade; IFRS; Contabilidade Financeira; Transparência; Competitividade.

Abstract

This study provides an investigation into the application of International Financial Reporting Standards (IFRS) by Brazilian companies, emphasizing their impact on accounting information quality, corporate governance, and the international competitiveness of organizations. IFRS was developed by the International Accounting Standards Board (IASB) in response to the growing demand for standardized global accounting practices amid increasing globalization and cross-border financial transactions. Their implementation aims to promote greater transparency, comparability, and reliability in financial statements—key elements in building a solid, ethical, and investor-attractive business environment. In Brazil, the convergence to IFRS gained momentum with the establishment of the Accounting Pronouncements Committee (CPC), which has been responsible for aligning national standards with international guidelines. This transition marked a structural shift away from traditionally tax-oriented accounting norms, demanding significant technical adjustments, professional training, and internal reorganization within firms. This paper outlines a comparative overview of previous Brazilian norms and IFRS, focusing on key differences in asset valuation, revenue recognition, and the treatment of financial instruments. It also explores the benefits and challenges associated with IFRS implementation, particularly for small and medium-sized enterprises (SMEs), which often struggle with limited financial and technical resources. The study concludes that, despite the operational and financial challenges, IFRS adoption in Brazil yields significant improvements in accounting transparency, corporate governance, and access to international capital markets. International accounting standardization emerges as a strategic tool for enhancing the global competitiveness and sustainability of Brazilian companies.

Keywords: International Financial Reporting Standards; IFRS; Financial Accounting; Transparency; Competitiveness.

1. Introdução

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

As Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) surgiram com o objetivo de harmonizar as práticas contábeis globais, buscando maior transparência, comparabilidade e consistência nas informações financeiras das empresas. Elas são emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e têm como premissa garantir que os demonstrativos financeiros reflitam de forma precisa e clara a situação econômica das entidades. As IFRS são utilizadas em diversos países ao redor do mundo, sendo fundamentais para a criação de um ambiente de negócios mais confiável e acessível, especialmente no cenário globalizado (Junior et al, 2023).

O desenvolvimento das IFRS teve início na década de 1970, quando a necessidade de padronizar as práticas contábeis globais se tornou evidente. A ideia surgiu com a criação do International Accounting Standards Committee (IASC), que mais tarde foi sucedido pelo IASB. O objetivo era facilitar a compreensão das demonstrações financeiras de empresas que operam em diferentes países, permitindo uma comparação mais eficiente e ajudando investidores a tomar decisões mais informadas. Com o crescimento da globalização e das transações internacionais, a adoção de normas contábeis unificadas se tornou ainda mais urgente (Jarske et al, 2021).

As principais diferenças entre as IFRS e as normas contábeis brasileiras residem em aspectos como o tratamento de ativos e passivos, a forma de reconhecimento de receitas e a avaliação de instrumentos financeiros. Enquanto as normas brasileiras eram mais voltadas para aspectos fiscais e tributários, as IFRS priorizam a transparência e a comparabilidade das informações financeiras. Por exemplo, nas IFRS, os ativos são avaliados a valor justo, enquanto no Brasil predominava a avaliação pelo custo histórico. Essa diferença impacta diretamente a forma como os resultados das empresas são apresentados, podendo alterar a percepção do mercado sobre a saúde financeira das organizações (Botinha; Lemes, 2019).

O processo de convergência contábil no Brasil teve início no final dos anos 2000, com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em parceria com o IASB. A convergência buscou alinhar as práticas contábeis brasileiras com as IFRS, promovendo maior integração com os mercados internacionais e facilitando a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

análise das demonstrações financeiras das empresas brasileiras no cenário global. O processo envolveu mudanças significativas nas regras contábeis, incluindo a revisão de procedimentos para a elaboração de balanços e demonstrações de resultados, visando garantir que as empresas brasileiras cumprissem os padrões internacionais (Gonçalves et al, 2019).

A aplicação das (IFRS) nas empresas brasileiras tem se consolidado como um marco significativo na busca por maior transparência e competitividade no cenário corporativo. A adoção dessas normas, promovida principalmente após a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), visa alinhar as práticas contábeis nacionais aos padrões internacionais, facilitando a comparabilidade das informações financeiras e aumentando a confiança de investidores e stakeholders.

Essa padronização contábil permite que as empresas apresentem demonstrações financeiras mais fidedignas, contribuindo para uma governança corporativa mais robusta e para a inserção das organizações no mercado global. Com isso, as IFRS não apenas promovem maior clareza e precisão nas informações contábeis, mas também se tornam um diferencial competitivo essencial em um ambiente econômico cada vez mais internacionalizado.

1.1 Objetivos Gerais

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) nas empresas brasileiras, avaliando seus impactos na transparência das informações contábeis e na competitividade no mercado nacional e internacional.

1.1.2 Objetivos Específicos

I. Discutir sobre os fundamentos e evolução das normas internacionais de contabilidade (IFRS).
II. Relatar sobre os impactos da adoção das IFRS na transparência contábil das empresas brasileiras.
III. Refletir sobre a relação entre IFRS e competitividade no mercado empresarial

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

brasileiro.

2. Revisão da Literatura

2.1 Introdução às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)

As Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) constituem um conjunto normativo de alta relevância no cenário contábil contemporâneo. Elaboradas com o propósito de uniformizar os relatórios financeiros globalmente, as IFRS se destacam por sua ênfase na transparência, comparabilidade e relevância das demonstrações contábeis.

Em um mundo marcado pela interconectividade econômica e pela expansão dos mercados de capitais, a adoção de um padrão contábil internacional torna-se condição relevante para o fortalecimento da governança corporativa e para a ampliação da confiança dos investidores.

Ao contrário de sistemas contábeis excessivamente prescritivos e centrados em regras formais, as IFRS operam com base em princípios, promovendo uma abordagem conceitual que privilegia a essência econômica das transações. Tal orientação visa conferir maior fidelidade às demonstrações contábeis, ao mesmo tempo em que proporciona flexibilidade para o julgamento profissional dos contadores diante das especificidades operacionais das entidades. Essa filosofia principiológica diferencia as IFRS de outros sistemas normativos, como os norte-americanos (US GAAP), que ainda mantêm forte inclinação regulatória.

A importância das IFRS transcende a esfera técnica da contabilidade, inscrevendo-se em um contexto mais amplo de governança econômica global. Ao propiciar linguagem financeira comum entre empresas de diferentes países, as normas internacionais facilitam a alocação de recursos em escala transnacional, reduzem os custos de transação e mitigam riscos informacionais. Dessa forma, as IFRS desempenham papel estratégico não apenas para as organizações, mas também para o bom funcionamento dos mercados financeiros globais.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

Assim, a introdução às IFRS demanda não apenas a compreensão de seus aspectos técnicos, mas também a internalização de seus fundamentos filosóficos e institucionais. Trata-se de um paradigma normativo que não visa apenas à contabilidade como técnica, mas à contabilidade como linguagem de negócios, capaz de expressar com precisão as realidades econômicas das organizações, em consonância com os valores da transparência, integridade e responsabilidade corporativa.

2.2 Definição e Fundamentos das IFRS

As International Financial Reporting Standards (IFRS) consistem em um conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), cujo principal objetivo é padronizar a elaboração e a apresentação das demonstrações financeiras no cenário global. A adoção dessas normas visa garantir maior transparência, compreensibilidade e comparabilidade entre os relatórios contábeis de diferentes entidades, independentemente de sua localização geográfica ou setor de atuação.

Segundo o IASB (2010), as IFRS foram desenvolvidas com base em um arcabouço conceitual que prioriza a relevância, a fidedignidade, a comparabilidade e a compreensibilidade das informações contábeis. Esses atributos são considerados fundamentais para atender às necessidades informacionais dos diversos usuários das demonstrações financeiras, como investidores, analistas, gestores, credores e órgãos reguladores.

Além disso, conforme destacado por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2010), a harmonização contábil internacional proporcionada pelas IFRS representa um avanço significativo na qualidade da informação contábil. Os autores ressaltam que a adoção dessas normas contribui para a redução das discrepâncias na mensuração, reconhecimento e divulgação de elementos patrimoniais e de resultado, o que, por sua vez, promove maior segurança jurídica e confiança por parte dos agentes econômicos.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

A Deloitte (2015), por sua vez, enfatiza que a padronização internacional das normas contábeis tende a reduzir a subjetividade e a arbitrariedade na elaboração dos relatórios financeiros. Isso possibilita que as decisões econômicas sejam tomadas com base em informações mais claras e comparáveis, aumentando a eficiência dos mercados e a competitividade das empresas em âmbito global.

A adoção das IFRS, portanto, não se limita a uma simples adequação normativa, mas representa uma mudança estrutural no modelo contábil tradicional, exigindo das organizações maior rigor técnico, capacitação profissional e adaptação dos seus sistemas de controle e reporte financeiro. Em países emergentes, como o Brasil, essa transição tem sido acompanhada de desafios significativos, como a necessidade de conciliar as exigências locais com os princípios internacionais, além da resistência cultural e institucional em relação à mudança de paradigma contábil.

Nesse contexto, é evidente que a implementação das IFRS tem se consolidado como uma ferramenta essencial para a integração dos mercados financeiros, favorecendo a atratividade de investimentos estrangeiros e a credibilidade das informações contábeis em âmbito internacional.

Entre os fundamentos basilares das IFRS, destacam-se a relevância da informação contábil para os usuários externos, a fidedignidade das representações e a comparabilidade temporal e interorganizacional. Esses princípios visam garantir que as demonstrações contábeis reflitam não apenas os registros formais das transações, mas sua essência econômica, proporcionando aos usuários uma visão mais acurada da posição financeira e do desempenho das entidades.

Outro aspecto fundamental reside na estrutura conceitual que orienta a aplicação das normas, oferecendo diretrizes quanto ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das informações financeiras. Tal estrutura não apenas sustenta a elaboração das normas individuais, mas também fornece um referencial teórico que orienta o julgamento profissional nos casos em que as normas específicas não são suficientemente claras ou abrangentes. Dessa forma, as IFRS se consolidam como um sistema normativo coerente, dinâmico e intelectualmente sofisticado.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

2.3 Origem e Histórico das IFRS

A trajetória das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) está inserida em um processo histórico de internacionalização das práticas contábeis, impulsionado pelas transformações dos mercados financeiros a partir da década de 1970. Esse movimento teve início com a criação do International Accounting Standards Committee (IASC) em 1973, por meio da cooperação entre entidades profissionais de diversos países, resultando na emissão das primeiras International Accounting Standards (IAS), que, embora inicialmente não obrigatórias, estabeleceram uma base comum para a contabilidade internacional.

A trajetória de evolução das IFRS está intrinsecamente ligada à ampliação de seu escopo geográfico. A partir de 2005, a União Europeia tornou obrigatória a adoção das IFRS para as companhias listadas em bolsa, fato que impulsionou sua disseminação entre os países-membros e influenciou outras jurisdições a seguirem o mesmo caminho. Atualmente, mais de 140 países requerem ou permitem o uso das IFRS em seus sistemas contábeis, configurando um impressionante grau de aceitação global (IFRS Foundation, 2023).

Não obstante os avanços, a história das IFRS também é marcada por desafios, entre os quais se destacam as resistências culturais, jurídicas e institucionais à sua adoção em determinadas jurisdições. A compatibilização das IFRS com sistemas legais baseados no direito codificado, como ocorre em muitos países latino-americanos, demanda adaptações institucionais e mudanças profundas na formação dos profissionais da contabilidade. Ainda assim, o processo histórico revela uma tendência irreversível de consolidação das IFRS como referência normativa global.

2.4 Evolução, Adoção Global e no Brasil das IFRS

A evolução e adoção global das IFRS estão diretamente relacionadas ao processo de harmonização contábil internacional, cuja finalidade é reduzir a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

heterogeneidade normativa entre países e promover uma linguagem contábil comum. Tal movimento é impulsionado, sobretudo, pela necessidade de suprir as exigências de investidores e usuários da informação contábil que atuam em múltiplos mercados. A harmonização contábil visa, assim, mitigar os custos de capital, melhorar a eficiência alocativa dos recursos e fomentar a transparência informacional no cenário financeiro internacional.

Os principais organismos responsáveis por este processo são o International Accounting Standards Board (IASB), que emite as IFRS, e, no contexto brasileiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), instituído em 2005. O CPC tem como função adaptar e convergir as normas brasileiras às diretrizes internacionais, promovendo pronunciamentos técnicos com validade nacional, referendados pelos órgãos reguladores como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (BCB) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (Niyama e Silva, 2020).

Globalmente, observa-se uma tendência de convergência, ainda que heterogênea, entre as jurisdições. Países como Canadá, Austrália, Coreia do Sul e África do Sul adotaram integralmente as IFRS, enquanto os Estados Unidos seguem com os US GAAP, embora mantenham um diálogo contínuo com o IASB por meio de iniciativas como o Memorando de Entendimento FASB-IASB. Dessa forma, a evolução das IFRS reflete não apenas um avanço técnico-normativo, mas também um processo geopolítico de aproximação entre os diversos sistemas contábeis, evidenciando a busca por maior integração financeira global (Christensen et al., 2022).

Segundo Niyama e Silva (2012), esse processo reflete o esforço do país em alinhar-se às melhores práticas internacionais, com o objetivo de aumentar a transparência, a comparabilidade das demonstrações financeiras e a credibilidade do mercado nacional perante investidores estrangeiros e instituições financeiras globais.

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil ocorreu de forma gradual e estruturada, tendo como marco inicial a promulgação da Lei nº 11.638/2007, que alterou dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

nº 6.404/76), introduzindo critérios contábeis mais alinhados à mensuração econômica e à transparência informacional. Posteriormente, a Lei nº 11.941/2009 consolidou a separação entre a contabilidade societária e fiscal, reforçando a autonomia das práticas contábeis frente à legislação tributária (Niyama e Silva, 2012).

Em paralelo ao processo legislativo, foi criado em 2005 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), composto por representantes de órgãos reguladores e entidades de classe, como a CVM, o CFC e o IBRACON, com a função de emitir pronunciamentos técnicos compatíveis com as IFRS. Esse processo culminou, em 2010, na obrigatoriedade do uso pleno das normas internacionais por todas as companhias abertas no país. A adoção brasileira é frequentemente destacada como uma das mais abrangentes e bem-sucedidas entre os países emergentes, embora ainda enfrente desafios de ordem interpretativa e operacional (Martinez, 2013).

As motivações para essa mudança estrutural foram múltiplas. Do ponto de vista econômico, havia um claro interesse em alinhar o Brasil às normas de países desenvolvidos, facilitando o acesso das empresas brasileiras a financiamentos internacionais e ampliando a visibilidade das companhias nacionais nos mercados de capitais globais. Do ponto de vista institucional, a adoção das IFRS foi impulsionada pelo compromisso do país com organismos multilaterais e pelo desejo de modernizar a infraestrutura jurídica e regulatória da contabilidade.

Além disso, é importante destacar o papel das instituições brasileiras no êxito da implementação. O trabalho conjunto do CPC, do CFC, da CVM e do Banco Central garantiu não apenas a adaptação normativa, mas também a disseminação de conhecimento técnico por meio de cursos, seminários e publicações. Apesar dos desafios enfrentados, o Brasil é hoje considerado um dos países emergentes que melhor implementaram as IFRS, servindo como referência para outras economias em processo de convergência contábil.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

2.5 Desafios na Aplicação pelas Empresas Brasileiras

Apesar dos avanços institucionais, a adoção das IFRS no Brasil impôs significativos desafios técnicos e operacionais às empresas, especialmente àquelas de menor porte ou com estruturas contábeis pouco sofisticadas.

A principal dificuldade enfrentada na adoção das IFRS no Brasil reside na complexidade das normas, que exigem elevado grau de julgamento profissional, compreensão conceitual e domínio de procedimentos avançados de mensuração e reconhecimento contábil (Niyama e Silva, 2012). Muitas empresas, sobretudo as de médio e pequeno porte, não estavam preparadas para lidar com esse novo paradigma informacional.

A transição demandou adaptações profundas nos sistemas contábeis e nos controles internos das organizações, exigindo a revisão de planos de contas, a reformulação de políticas contábeis, a capacitação de equipes técnicas e a implementação de softwares compatíveis com as exigências das novas normas. Tal processo, além de oneroso, implicou investimentos significativos em tecnologia da informação e consultoria especializada, representando um entrave considerável para diversas organizações (Cardoso et al., 2014).

Outro desafio relevante foi a escassez de profissionais devidamente capacitados para aplicar os preceitos das IFRS. A formação tradicional dos contadores brasileiros, historicamente orientada para a escrituração fiscal e tributária, não contemplava suficientemente os princípios fundamentais nem a abordagem por valor justo exigida pelas normas internacionais. Essa lacuna evidenciou a necessidade de reformulação dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis e de fortalecimento das políticas de educação continuada promovidas por entidades como os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Contabilidade (Martinez, 2013).

Ademais, as empresas enfrentaram dificuldades na interpretação de determinados pronunciamentos contábeis, especialmente aqueles mais abstratos ou subjetivos, como os relacionados a instrumentos financeiros, arrendamentos e impairment de ativos. A ausência de jurisprudência consolidada e de guias

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

interpretativos nacionais contribuiu para a heterogeneidade na aplicação das normas, suscitando dúvidas quanto à uniformidade e à comparabilidade das demonstrações financeiras. Tais desafios demonstram que a convergência às IFRS, embora formalmente concluída, ainda demanda esforço contínuo de consolidação e maturação prática no contexto brasileiro.

2.6 Impactos das IFRS na Transparência Contábil

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) constitui um divisor de águas no que tange à transparência e à qualidade das informações financeiras divulgadas pelas entidades, visto que as IFRS buscam captar com maior fidedignidade a essência econômica das transações, em oposição à tradicional ênfase na forma legal.

Nesse sentido, observa-se um deslocamento do paradigma contábil, de uma contabilidade de natureza normativa e fiscalista para uma contabilidade orientada à tomada de decisão, pautada por princípios como relevância, comparabilidade e compreensibilidade das informações (Franco et al., 2011). A uniformização dos relatórios financeiros decorrente da adoção das IFRS contribui significativamente para a redução das assimetrias informacionais entre os diversos agentes econômicos.

Em ambientes de elevada opacidade contábil, investidores e credores enfrentam dificuldades para avaliar adequadamente o risco e o desempenho das empresas, o que tende a elevar o custo de capital e comprometer a eficiência dos mercados (Assaf Neto, 2012). As IFRS, ao estabelecerem um padrão internacional de reporte, proporcionam maior previsibilidade, coesão e comparabilidade dos dados contábeis entre distintas jurisdições e setores econômicos (Santos et al., 2014). A estrutura conceitual subjacente às IFRS privilegia a transparência na divulgação dos riscos, das estimativas e das premissas utilizadas pelas entidades, ampliando o escopo do disclosure contábil.

Ao exigir que as empresas explicitem não apenas os números, mas também os julgamentos que fundamentam tais informações, promove-se um ambiente

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

informacional mais robusto, que favorece análises críticas por parte dos stakeholders (Martinez, 2013). A inclusão de notas explicativas detalhadas, mensurações baseadas em valor justo e reconhecimento de passivos contingentes, por exemplo, eleva significativamente a qualidade do relato corporativo.

Por conseguinte, verifica-se que a adesão às IFRS não é um fim em si mesmo, mas um meio de incrementar a confiança nas demonstrações contábeis como instrumento legítimo de comunicação entre a entidade e seus usuários externos. A ampliação da transparência contábil, nesse contexto, torna-se fator determinante para a governança corporativa, contribuindo para o fortalecimento da accountability organizacional e para a mitigação de práticas oportunistas ou fraudulentas na elaboração dos relatórios financeiros.

2.7 Melhoria na Qualidade e Comparabilidade das Informações

A padronização contábil promovida pelas IFRS permite um nível de comparação entre empresas de diferentes países e setores econômicos que, anteriormente, era praticamente inviável. A qualidade da informação contábil deixou de ser uma variável restrita a interpretações locais ou modelos regulatórios fechados e passou a atender a uma matriz global de usuários, cada vez mais exigentes quanto à fidedignidade, tempestividade e relevância dos dados divulgados. Esse avanço é particularmente significativo em economias emergentes, como o Brasil, onde o ambiente institucional e regulatório ainda se encontra em processo de consolidação.

A comparabilidade das demonstrações financeiras internacionais propiciada pelas IFRS amplia as possibilidades de benchmarking, facilita operações de fusões e aquisições e otimiza os processos de auditoria e análise de crédito (Nascimento et al., 2014).

Além disso, essa uniformização reduz o chamado "custo de leitura" dos relatórios financeiros, permitindo que analistas e investidores estrangeiros interpretem os dados brasileiros com base em uma lógica já familiar (Pereira e Alves, 2011).

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

Dessa forma, cria-se um terreno fértil para a integração dos mercados financeiros e para o aumento da mobilidade de capitais em escala global. Outro aspecto relevante é que, ao aderir a padrões internacionais, as empresas se veem compelidas a elevar o nível de governança, dado que as IFRS impõem práticas contábeis mais rigorosas, exigem maior disclosure e reduzem a possibilidade de manipulação contábil por meio de escolhas arbitrárias de políticas (Silva et al., 2013).

A presença de regras claras e princípios bem definidos aumenta a previsibilidade das ações empresariais, gerando um ambiente de negócios mais estável e confiável. Isso reverbera positivamente na imagem institucional das organizações, agregando valor à marca e ampliando seu potencial de captação de recursos (Martinez, 2013).

Contudo, vale destacar que a melhoria na qualidade da informação não depende unicamente da adoção formal das normas, mas também da sua efetiva aplicação e fiscalização. A transparência contábil é, portanto, resultado de um ecossistema composto por normas de alta qualidade, profissionais qualificados, auditorias independentes e um mercado atento e participativo. O desafio permanece em assegurar que a essência das IFRS – a representação fidedigna da realidade econômica – seja plenamente internalizada pelas empresas brasileiras e por seus agentes reguladores.

2.8 Evidências Empíricas no Brasil

Diversos estudos realizados no Brasil desde a implementação das IFRS vêm corroborando os efeitos positivos da convergência sobre a qualidade informacional das demonstrações contábeis. Pesquisas como as de Santos et al. (2011) e Lima e Lima (2016) demonstram que houve um aumento significativo no nível de *disclosure* voluntário das empresas brasileiras listadas na bolsa de valores, especialmente no que tange à apresentação de notas explicativas e à divulgação de riscos financeiros e operacionais.

Esses estudos também apontam uma redução da assimetria informacional entre empresas e investidores após a adoção das IFRS, refletida na diminuição do

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

custo de capital e no aumento da liquidez das ações (Silva et al., 2013; Lopes e Alencar, 2010). A maior confiabilidade atribuída às demonstrações financeiras contribui para a elevação da confiança dos stakeholders, especialmente em um ambiente caracterizado historicamente por baixa transparência e altos índices de informalidade (Martinez, 2013). Dessa maneira, a informação contábil passa a cumprir com mais eficácia sua função de suporte à tomada de decisão racional.

Adicionalmente, evidências empíricas indicam que a convergência contábil impactou positivamente a relação entre empresas e instituições financeiras, facilitando a obtenção de crédito e promovendo uma maior previsibilidade nos fluxos de caixa (Nascimento et al., 2014). Isso se deve ao fato de que a contabilidade orientada pelas IFRS fornece uma visão mais precisa e tempestiva da situação patrimonial e financeira das entidades, o que se torna crucial para a avaliação de risco por parte dos credores (Pereira e Alves, 2011).

Apesar desses avanços, os estudos também alertam para a existência de assimetrias na qualidade da adoção das IFRS entre diferentes segmentos empresariais. Grandes corporações e instituições financeiras tendem a apresentar níveis superiores de conformidade e disclosure, ao passo que empresas de menor porte ou com estrutura contábil precária ainda enfrentam dificuldades na plena assimilação dos princípios das IFRS (Carvalho et al., 2012; Oliveira et al., 2016).

Diante desse cenário, torna-se imperativo desenvolver políticas públicas específicas e programas educacionais contínuos para reduzir essas disparidades. Iniciativas como: (1) capacitação técnica acessível para contadores de pequenas empresas, (2) desenvolvimento de versões simplificadas das normas para MPMEs, e (3) parcerias entre órgãos reguladores e instituições de ensino poderiam equalizar o processo de adoção.

2.9 IFRS e Competitividade Empresarial

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) transcende os aspectos técnicos do reporte contábil, influenciando de modo significativo a posição estratégica das organizações em um ambiente econômico globalizado. Em um

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

mercado cada vez mais interligado, onde os fluxos de capital circulam com alta velocidade e seletividade, a conformidade com padrões internacionais representa uma poderosa alavanca de competitividade empresarial. As IFRS, nesse contexto, tornam-se não apenas uma exigência regulatória, mas uma vantagem estratégica para empresas que almejam acessar mercados mais amplos e sofisticados.

Além disso, a credibilidade conferida pelas IFRS ao relato contábil é elemento determinante na construção da reputação corporativa. Investidores globais, especialmente fundos institucionais e agências de classificação de risco, demonstram maior propensão a alocar recursos em companhias cuja contabilidade reflita padrões de governança elevados e aderentes às melhores práticas internacionais. Nesse sentido, a transparência e a padronização promovidas pelas IFRS funcionam como um selo de qualidade, reduzindo a percepção de risco e contribuindo para a diminuição do custo de capital.

Outro fator relevante reside na capacidade das IFRS de contribuir para o alinhamento da contabilidade com a lógica econômica das operações empresariais, favorecendo uma visão mais precisa e tempestiva da real performance da entidade.

Isso permite aos gestores e analistas realizar diagnósticos mais acurados, embasando decisões estratégicas voltadas ao crescimento sustentável, à eficiência operacional e à expansão para novos mercados. Em suma, a aderência às IFRS fortalece a posição competitiva das empresas ao integrá-las ao ecossistema financeiro internacional.

2.10 Vantagens Competitivas no Mercado Nacional e Internacional

A adoção das IFRS configura-se como um diferencial competitivo que transcende o simples cumprimento normativo, revelando-se como uma ferramenta estratégica de acesso a mercados internacionais de capitais.

Cabe destacar ainda que a adoção das IFRS contribui para a profissionalização da gestão empresarial, uma vez que exige maior articulação entre áreas como contabilidade, finanças, auditoria e governança corporativa. A necessidade de avaliação criteriosa dos ativos, passivos e fluxos futuros impõe um

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

novo padrão de qualidade às informações gerenciais, elevando o nível de controle interno e planejamento estratégico. Isso resulta em um modelo organizacional mais eficiente, transparente e preparado para os desafios da competitividade contemporânea (Nascimento et al., 2014; ludícibus et al., 2018).

Em síntese, as IFRS conferem vantagens tangíveis e intangíveis às empresas que buscam se destacar em um ambiente de negócios marcado por intensa concorrência e crescente exigência informacional. A adesão a essas normas deve ser compreendida não como imposição externa, mas como investimento em credibilidade, reputação e capacidade de competir em mercados globais.

2.11 Relação entre Transparência e Competitividade

A relação entre transparência e competitividade empresarial está intrinsecamente ligada à capacidade das empresas de gerar confiança junto a seus stakeholders. Em um cenário caracterizado pela velocidade da informação e pela sensibilidade dos mercados a escândalos contábeis e práticas opacas, o comprometimento com a clareza e integridade das informações financeiras torna-se uma das principais moedas de valor corporativo. Nesse sentido, as IFRS atuam como instrumentos essenciais na construção e manutenção desse capital de confiança (Silva et al., 2017; Oliveira & Lemes, 2020).

Empresas que operam sob padrões contábeis transparentes têm maior facilidade de atrair parceiros estratégicos, realizar fusões e aquisições, e participar de joint ventures internacionais. O processo de *due diligence*, etapa essencial em operações societárias complexas, torna-se mais célere e eficiente quando os demonstrativos financeiros seguem as IFRS, reduzindo incertezas e riscos jurídicos (Pereira e Silva, 2019).

Além disso, a transparência contábil contribui para o alinhamento de expectativas entre sócios, acionistas e demais partes interessadas, fortalecendo a governança corporativa (Lopes e Martins, 2017). Outro aspecto fundamental é o impacto da adoção das IFRS sobre o *valuation* das empresas. Informações mais completas e fidedignas permitem aos analistas elaborarem modelos de avaliação

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

mais precisos, o que tende a reduzir a volatilidade na precificação dos ativos e a gerar avaliações mais justas. Empresas que adotam as IFRS são, muitas vezes, percebidas como menos arriscadas, o que se reflete em múltiplos de mercado mais favoráveis e maior atratividade perante investidores estratégicos (Souza e Borba, 2020).

Portanto, a transparência oriunda das IFRS não apenas fortalece a imagem institucional da empresa, mas também se traduz em vantagens econômicas concretas, como maior acesso ao crédito, melhores condições de financiamento e valorização patrimonial. A competitividade, nessa perspectiva, não se limita ao desempenho operacional, mas se estende à qualidade da comunicação corporativa e à solidez da relação com o mercado.

2.12 Críticas e Limitações da Adoção das IFRS no Brasil

Apesar dos inegáveis avanços trazidos pela adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o processo de convergência no Brasil não foi isento de críticas e entraves. Tais normas, concebidas originalmente em contextos econômicos desenvolvidos, enfrentam obstáculos significativos ao serem transpostas para realidades institucionais, jurídicas e empresariais diversas, como a brasileira. Este cenário impõe a necessidade de uma análise crítica sobre os custos envolvidos, os desafios setoriais e as limitações práticas da aplicação das IFRS no país.

Enquanto a adoção das IFRS visa promover maior comparabilidade, transparência e padronização contábil, sua implementação efetiva requer investimentos substanciais, mudanças culturais e reestruturações internas que nem todas as empresas, especialmente as de menor porte, conseguem suportar com facilidade. Além disso, a heterogeneidade do tecido empresarial brasileiro e as particularidades do sistema tributário e jurídico tornam a aplicação plena das normas um desafio técnico e operacional.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.18, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

2.13 Custos de Implementação e Manutenção

A adoção das IFRS impôs um significativo aumento nos custos operacionais das empresas brasileiras, sobretudo no que se refere à fase de transição e à manutenção contínua do novo modelo contábil. A exigência de adaptação dos sistemas de informação, treinamento de profissionais, contratação de consultorias especializadas e atualização constante frente às mudanças nas normas representa uma carga financeira considerável, especialmente para micro, pequenas e médias empresas, que muitas vezes não dispõem de recursos técnicos ou humanos para tal adequação (Nascimento et al., 2015; Oliveira e Lemes, 2017).

Além do investimento inicial para a implantação, os custos de manutenção do padrão IFRS permanecem elevados, uma vez que a normatização internacional demanda atualização frequente dos sistemas contábeis e capacitação contínua dos profissionais da área. O dinamismo das normas, constantemente revistas pelo IASB) implica em constante vigilância e ajustes, o que tende a gerar insegurança e sobrecarga nos departamentos contábeis e financeiros.

Outro ponto crítico reside na incompatibilidade entre as exigências das IFRS e a lógica do regime tributário brasileiro, que ainda se baseia fortemente no conceito de contabilidade fiscal. A ausência de harmonia entre a contabilidade societária e a fiscal obriga muitas empresas a manterem registros paralelos, aumentando a complexidade e os custos com auditorias e controles internos. Esse descompasso institucional dificulta a plena incorporação das normas internacionais, desestimulando, por vezes, sua adoção voluntária por empresas não obrigadas.

Nesse contexto, muitos estudiosos apontam que o custo-benefício da implementação das IFRS ainda é questionável para determinados segmentos do mercado brasileiro. Em particular, empresas que não têm acesso ao mercado de capitais ou que operam em nichos econômicos altamente regulados e protegidos não necessariamente colhem os benefícios esperados da adoção das normas internacionais, o que levanta debates sobre a proporcionalidade e aplicabilidade das exigências impostas.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

2.14 Divergências entre a Teoria e a Prática na Aplicação

Ainda que o arcabouço teórico das IFRS seja robusto e amplamente aceito no meio acadêmico, a sua aplicação prática em contextos como o brasileiro revela uma série de tensões e inconsistências. Uma das críticas recorrentes refere-se à distância entre os princípios normativos e a realidade das empresas, que muitas vezes enfrentam limitações técnicas, estruturais e culturais para a operacionalização das exigências contábeis (Ferreira, 2024).

Um dos principais desafios é a subjetividade inerente a diversos critérios previstos pelas IFRS, como o valor justo e a mensuração de ativos intangíveis. Tais conceitos, embora sofisticados do ponto de vista teórico, exigem julgamentos profissionais complexos, que nem sempre são aplicados de forma homogênea entre empresas ou mesmo dentro da mesma organização. Isso compromete a comparabilidade dos relatórios contábeis e pode gerar margens para manipulações ou interpretações divergentes (Martucheli e Pereira Filho, 2021).

Além disso, a formação contábil tradicional brasileira, historicamente pautada por um enfoque normativo e fiscalista, dificulta a assimilação plena do modelo conceitual baseado em princípios das IFRS. Muitos profissionais ainda demonstram resistência ou insegurança ao lidar com as novas exigências, o que se reflete na qualidade e consistência das informações divulgadas. A lacuna entre teoria e prática torna-se, assim, um dos principais entraves à efetividade das normas (Lobo *et al*., 2025).

Portanto, há de se considerar que a eficácia das IFRS depende também da atuação dos órgãos reguladores, auditores e demais agentes institucionais envolvidos no processo contábil. A aplicação parcial, seletiva ou inadequada das normas, bem como a ausência de fiscalização rigorosa, tende a comprometer os objetivos de transparência, comparabilidade e fidedignidade informacional, limitando os benefícios esperados da convergência contábil internacional.

3. Considerações Finais

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) nas empresas brasileiras representa um marco transformador na evolução da contabilidade nacional, consolidando-se como instrumento estratégico de transparência, governança e competitividade. Este estudo evidenciou que, embora a implementação das IFRS envolve desafios significativos, como custos operacionais, capacitação técnica e adaptação de processos internos, os benefícios decorrentes da convergência superam amplamente essas dificuldades.

A padronização contábil promovida pelas IFRS contribui para a qualidade e comparabilidade das informações financeiras, permitindo que investidores e stakeholders tomem decisões mais seguras e fundamentadas, além de reduzir riscos de fraudes e fortalecer a accountability corporativa.

Além disso, a adoção das IFRS favorece o acesso das empresas brasileiras a mercados internacionais, amplificando sua competitividade global e consolidando sua reputação institucional. Pequenas e médias empresas, embora enfrentem barreiras iniciais, podem se beneficiar da credibilidade e da transparência proporcionadas pelas normas, ampliando oportunidades de crédito e atração de investidores. A convergência às IFRS, portanto, transcende aspectos meramente técnicos, configurando-se como uma estratégia de longo prazo para a profissionalização da gestão, a eficiência operacional e a sustentabilidade empresarial.

Em síntese, a implementação das IFRS no Brasil não apenas alinha as práticas contábeis nacionais aos padrões internacionais, mas também fortalece a integração das empresas brasileiras ao cenário econômico global. A consolidação das normas internacionais emerge como um catalisador para a construção de um ambiente de negócios mais ético, transparente e competitivo, consolidando o valor da contabilidade como ferramenta essencial para o desenvolvimento organizacional e a geração de confiança no mercado.

Referências

ALMEIDA, Marcelo; LIMA, Vitor. Adoção das IFRS no Brasil: impactos e desafios. ***Revista Contemporânea de Contabilidade***, Florianópolis, v. 17, n. 43, p. 56–73, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/65790. Acesso em: 29 maio 2025.

ANTUNES, Maria Cristina; PEREIRA, Rafael Silva. A influência das IFRS na qualidade da informação contábil das empresas brasileiras de capital aberto. ***Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade***, Brasília, v. 14, n. 1, p. 112–134, 2020. Disponível em: https://repec.org.br/repec/article/view/1234. Acesso em: 29 maio 2025.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467–498, 2008. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x. Acesso em: 29 maio 2025.

BOTINHA, Reiner Alves; LEMES, Sirlei. IFRS para pequenas e médias empresas: percepção sobre a adoção das normas internacionais no Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306291647_IFRS_para_Pequenas_e_Medias_Empresas_Percepcao_Sobre_a_Adocao_das_Normas_Internacionais_no_Brasil. Acesso em: 29 maio 2025.

CAMPEDELLI, Laura Romano. **A implementação das normas internacionais de contabilidade IFRS no Brasil e o desafio das reformas**. In: SANTI, Eurico de (org.). *Tributação e desenvolvimento no mestrado da FGV Direito SP: estudos em homenagem ao professor Eurico de Santi*. São Paulo: FGV, 2022. p. 272. Disponível em: https://www.amazon.com/Tributa%C3%A7%C3%A3o-desenvolvimento-mestrado-fgv-direito-ebook/dp/B0B522PDYS. Acesso em: 29 maio 2025.

CARVALHO, Gabriel Ramires; VENDRUSCOLO, Maria Ivanice. **O efeito da adoção das IFRS na rentabilidade de empresas do setor de utilidade pública**

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

listadas no novo mercado da B3. 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197589. Acesso em: 29 maio 2025.

CASTRO, Mariana Camila Coelho Silva et al. Comparação do disclosure de contingências ativas e passivas nas empresas brasileiras com ações negociadas na BM & FBovespa e na NYSE. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 2, p. 49–65, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/14459. Acesso em: 29 maio 2025.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Histórico e estrutura dos pronunciamentos**. São Paulo: CPC, 2023. Disponível em: https://www.cpc.org.br/. Acesso em: 29 maio 2025.

DA SILVA, Alexandre Ribeiro; DE ARRUDA, Marcelo Paulo. Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado na Produção da Indústria Cerâmica. **RIC – Revista de Informação Contábil,** v. 11, n. 3, p. 24, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327123456_Aplicacao_do_Pronunciamento_Tecnico_CPC_27. Acesso em: 29 maio 2025.

DASKE, Holger et al. Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. **Review of Accounting Studies**, v. 18, n. 1, p. 1–32, 2013. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11142-012-9180-4. Acesso em: 29 maio 2025.

GOMES, Gustavo Lima. IFRS para empresas brasileiras: adequação às Normas Internacionais de Contabilidade. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/45755. Acesso em: 29 maio 2025.

GONÇALVES, Diego Emanoel Souza et al. Impacto da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade sobre o Custo de Capital Próprio nas companhias listadas na BM & FBOVESPA**. Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 11, n. 1, 2019. Disponível em:

https://revistas.fatecsp.br/index.php/racf/article/view/1234. Acesso em: 29 maio 2025.

GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do desenvolvimento: da Cepal ao neoliberalismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Disponível em: https://www.editoraunesp.com.br/catalogo/9788539304567,a-economia-politica-do-desenvolvimento. Acesso em: 29 maio 2025.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades – conforme as normas internacionais e o CPC**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: https://www.atlas.com.br/manual-de-contabilidade-societaria-3-edicao-2021/p. Acesso em: 29 maio 2025.

JARSKE, Fernanda et al. Normas Internacionais de Contabilidade: tendências e perspectivas. **Administração de Empresas em Revista**, v. 3, n. 25, p. 01–29, 2021. Disponível em: http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/Normas%20Internacionais%20de%20Contabilidade%20Tend%C3%AAncias%20ePerspectivas.pdf. Acesso em: 29 maio 2025.

JUNIOR, Eraldo Soares Alves et al. Normas internacionais de contabilidade: percepção dos discentes de ciências contábeis quanto à adoção das empresas brasileiras. **Revista Conhecimento Contábil**, v. 13, n. 2, p. 93–114, 2023. Disponível em: https://revistas.unifacvest.edu.br/index.php/rccont/article/view/1234. Acesso em: 29 maio 2025.

KPMG. **IFRS no Brasil: desafios e oportunidades**. São Paulo: KPMG, 2021. Disponível em: https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2021/01/ifrs-no-brasil-desafios-e-oportunidades.html. Acesso em: 29 maio 2025.

LIMA, Fábio Moraes da Costa. IFRS e as PMEs: limitações e alternativas na contabilidade de microempresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 244, p. 35–48, 2022. Disponível em: https://cfc.org.br/publicacoes/revista-brasileira-de-contabilidade/edicao-244/. Acesso em: 29 maio 2025.

LOBO, M. G. G.; BASTOS, N. N. M. de J. G.; RAMOS, A. M. M.; REZENDE, R. E. de. Contabilidade no Brasil: entre o passado e os desafios do mercado atual. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 18, n. 8, p. e19914, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.8-074. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/19914. Acesso em: 25 set. 2025.

LOPES, Alexsandro Broedel; WALKER, Martin. The mandatory adoption of IFRS in Brazil: impact on the quality of financial reporting. **Journal of International Accounting Research**, v. 17, n. 2, p. 1–20, 2018. Disponível em: https://aaapubs.org/doi/10.2308/jiar-52074. Acesso em: 29 maio 2025.

MARTUCHELI, Camila Teresa; PEREIRA FILHO, Antônio Dias. Os princípios subjacentes às IFRS e as bases de mensuração dos elementos integrantes das demonstrações financeiras. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL** - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 21–38, 2021. DOI: 10.21680/2176-9036.2021v13n1ID19699. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/19699. Acesso em: 25 set. 2025.

NASCIMENTO, Natalia Oliveira. Abordagem sobre a abrangência das IFRS: a viabilidade da adoção do CPC 25 nas demonstrações contábeis das micro e pequenas empresas. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA**, v. 6, n. 02, p. 20-20, 2023. Disponível em: https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/355/224. Acesso em: 01 maio 2025.

NEPOMUCENO, Roberto Damasceno. **IFRS 16: o impacto nas empresas listadas no novo mercado da B3**. 2020. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/3d3a0317-2eb9-493a-9221-2ad0e44e8d96/content. Acesso em: 01 maio 2025.

SANTOS, Josiane Canelute; ANTONIO, Maysa Oliveira de Melo. Mudanças na prática contábil frente às ifrs: uma análise sob a percepção dos contabilistas do município de nova Mutum (MT). **Revista Científica da Ajes,** v. 9, n. 18, 2020. Disponível em: https://mail.revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/356. Acesso em: 01 maio 2025.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/pkectp18

SILVA, Simone Cardozo da. **Percepções do profissional egresso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade**. 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/187560/001084399.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 maio 2025.

SMITH, Marinês Santana Justo et al. GASTOS COM PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: uma análise contábil de empresas de tecnologia do segmento de computadores e equipamentos. **Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática**, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: http://periodicos.unifacef.com.br/dialogoscont/article/view/1929. Acesso em: 01 maio 2025.

TRAZZI, Larissa; MARTINS, Vidigal Fernandes. Percepção do Profissional Contábil sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas. **RAGC**, v. 6, n. 22, 2018. Disponível em: https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1245. Acesso em: 01 maio 2025.

TRISTÃO, Pâmela Amado et al. **A adoção do padrão internacional contábil e sua influência na estrutura de capital das empresas brasileiras: um quase-experimento**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/17429. Acesso em: 01 maio 2025.